

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	4.321.025
Preferenciais	0
Total	4.321.025
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total	1.303.756	1.353.720
1.01	Ativo Circulante	545.090	670.806
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	484.835	613.145
1.01.01.01	Caixa e contas bancárias	1.243	1.538
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	483.592	611.607
1.01.03	Contas a Receber	20.529	22.635
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.529	22.635
1.01.04	Estoques	364	352
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.512	2.134
1.01.07	Despesas Antecipadas	633	950
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	34.217	31.590
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	34.217	31.590
1.01.08.01.01	Contas a receber partes relacionadas	34.217	31.590
1.02	Ativo Não Circulante	758.666	682.914
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	393.984	325.222
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	57	55
1.02.01.06	Tributos Diferidos	14.982	13.299
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.982	13.299
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	378.800	311.745
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	378.800	311.745
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	145	123
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	145	123
1.02.03	Imobilizado	1.181	1.212
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.181	1.212
1.02.04	Intangível	363.501	356.480
1.02.04.01	Intangíveis	363.501	356.480
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	363.501	356.480

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total	1.303.756	1.353.720
2.01	Passivo Circulante	83.369	85.905
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.189	4.650
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.189	4.650
2.01.02	Fornecedores	8.179	6.492
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	8.179	6.492
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	5.670	4.148
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	2.509	2.344
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.286	18.818
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.417	16.998
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	11.680	15.245
2.01.03.01.02	PIS E COFINS	1.227	1.228
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	510	525
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.869	1.820
2.01.03.03.01	ISS	1.869	1.820
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	25.703	27.060
2.01.04.02	Debêntures	25.703	27.060
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	25.703	27.060
2.01.05	Outras Obrigações	11.109	15.238
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.762	2.728
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	589	1.490
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.173	1.238
2.01.05.02	Outros	9.347	12.510
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.487	4.783
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	7.837	7.713
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	23	14
2.01.06	Provisões	18.903	13.647
2.01.06.02	Outras Provisões	18.903	13.647
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	18.903	13.647
2.02	Passivo Não Circulante	1.067.619	1.068.840
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	971.659	971.302
2.02.01.02	Debêntures	971.659	971.302
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	971.659	971.302
2.02.02	Outras Obrigações	24.912	26.199
2.02.02.02	Outros	24.912	26.199
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	24.797	25.738
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	115	461
2.02.04	Provisões	71.048	71.339
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.112	2.078
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	898	857
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.214	1.221
2.02.04.02	Outras Provisões	68.936	69.261
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	68.187	68.523
2.02.04.02.05	Provisão para Investimento em Rodovias	749	738
2.03	Patrimônio Líquido	152.768	198.975
2.03.01	Capital Social Realizado	108.152	108.152

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2.03.04	Reservas de Lucros	44.616	90.823
2.03.04.01	Reserva Legal	21.631	21.631
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	22.985	69.192

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	98.415	87.836
3.01.01	Receita de Serviços	98.415	87.836
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-41.816	-26.615
3.02.01	Custos dos Serviços	-41.816	-26.615
3.03	Resultado Bruto	56.599	61.221
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.784	-5.477
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.823	-5.510
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-5.253	-4.950
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-519	-493
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-51	-67
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	39	33
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	39	33
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	50.815	55.744
3.06	Resultado Financeiro	-13.337	-3.871
3.06.01	Receitas Financeiras	27.811	15.270
3.06.02	Despesas Financeiras	-41.148	-19.141
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	37.478	51.873
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-12.744	-16.782
3.08.01	Corrente	-14.427	-17.657
3.08.02	Diferido	1.683	875
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	24.734	35.091
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	24.734	35.091
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	5,72410	8,12100
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	5,72410	8,12100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
4.01	Lucro Líquido do Período	24.734	35.091
4.03	Resultado Abrangente do Período	24.734	35.091

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	63.629	51.436
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	64.341	53.081
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	24.734	35.091
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-1.683	-875
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	7.052	4.028
6.01.01.04	Baixa de Ativos Imobilizados e Intangíveis	415	0
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	995	1.204
6.01.01.06	Receita c/Juros s/Empréstimos Partes Relacionadas	-11.420	-8.300
6.01.01.07	Receitas c/ Juros s/Aplicações Vinculadas	-2	0
6.01.01.09	Juros sobre Debêntures	35.311	16.383
6.01.01.10	Resultado Financeiro s/Ajuste a Valor Presente	4.153	1.087
6.01.01.11	Provisão s/Riscos Cíveis e Trabalhistas	34	352
6.01.01.12	Provisão para Manutenção em Rodovias	4.752	4.431
6.01.01.13	Outros	0	-320
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-712	-1.645
6.01.02.01	Estoques	-12	81
6.01.02.02	Contas à Receber	2.106	1.048
6.01.02.03	Outros Créditos	27	-41
6.01.02.04	Impostos à Recuperar	-667	-89
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	317	219
6.01.02.06	Fornecedores	505	-3.196
6.01.02.07	Fornecedores - Partes Relacionadas	1.499	279
6.01.02.08	Cauções Contratuais de Fornecedores	-238	-365
6.01.02.09	Obrigações Sociais	-461	715
6.01.02.10	Obrigações Fiscais	11.451	15.370
6.01.02.11	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-15.245	-15.681
6.01.02.12	Outras Contas à Pagar	9	105
6.01.02.13	Credores Pela Concessão	8	45
6.01.02.14	Provisão p/ Riscos Cíveis e Trabalhistas	0	-120
6.01.02.15	Depósitos Judiciais	-22	-15
6.01.02.16	Receita Diferida	-346	0
6.01.02.17	Despesas antecipadas sobre empréstimos	357	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-19.282	-1.246
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-95	-9
6.02.02	Aquisição de Intangível	-19.187	-1.233
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	0	-4
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-172.657	-34.817
6.03.02	Empréstimos empresas ligadas	-60.000	0
6.03.04	Pagamento de Juros de Debêntures	-36.862	-31.366
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-69.192	0
6.03.06	Pagamento de Juros sobre Capital Próprio	-4.783	-1.763
6.03.07	Pagamento de Credores pela Concessão	-1.820	-1.688
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-128.310	15.373
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	613.145	274.394
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	484.835	289.767

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/03/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	90.823	0	0	198.975
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	90.823	0	0	198.975
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-69.192	-1.749	0	-70.941
5.04.06	Dividendos	0	0	-69.192	0	0	-69.192
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-1.749	0	-1.749
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	24.734	0	24.734
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	24.734	0	24.734
5.07	Saldos Finais	108.152	0	21.631	22.985	0	152.768

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	92.711	0	0	200.863
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	92.711	0	0	200.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-2.455	0	-2.455
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-2.455	0	-2.455
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.091	0	35.091
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.091	0	35.091
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.636	-32.636	0	0
5.07	Saldos Finais	108.152	0	125.347	0	0	233.499

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2015 à 31/03/2015	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2014 à 31/03/2014
7.01	Receitas	106.475	95.872
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	90.839	91.138
7.01.02	Outras Receitas	15.636	4.734
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	14.362	3.503
7.01.02.02	Receitas Acessórias	1.274	1.231
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-32.443	-21.629
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-7.589	-7.384
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-685	-588
7.02.04	Outros	-24.169	-13.657
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-14.362	-3.503
7.02.04.02	Custos da Concessão	-2.680	-2.860
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-7.169	-7.327
7.02.04.04	Outros	42	33
7.03	Valor Adicionado Bruto	74.032	74.243
7.04	Retenções	-7.052	-4.028
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.052	-4.028
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	66.980	70.215
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	28.005	15.270
7.06.02	Receitas Financeiras	27.811	15.270
7.06.03	Outros	194	0
7.06.03.01	Juros Capitalizados	194	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	94.985	85.485
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	94.985	85.485
7.08.01	Pessoal	7.569	6.130
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.485	4.477
7.08.01.02	Benefícios	1.649	1.294
7.08.01.03	F.G.T.S.	435	359
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	22.168	26.018
7.08.02.01	Federais	17.448	21.370
7.08.02.02	Estaduais	64	43
7.08.02.03	Municipais	4.656	4.605
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	40.514	18.246
7.08.03.01	Juros	35.816	16.849
7.08.03.02	Aluguéis	352	310
7.08.03.03	Outras	4.346	1.087
7.08.03.03.01	Outras	4.152	1.087
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	194	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	24.734	35.091
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.749	2.455
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	22.985	32.636

Comentário do Desempenho



Araras, 14 de maio de 2015 – A Intervias S/A, empresa do Grupo Arteris, comenta seu resultado ao primeiro trimestre de 2015, período encerrado em 31 de março de 2015. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado:

- O volume do tráfego pedagiado no 1T15 foi de 15,5 milhões de veículos equivalentes, apresentando uma queda de 4,4% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e de 38,6% em relação ao 4T14, reflexo da desaceleração do mercado de trabalho o que torna o consumo enfraquecido. Além disso, com a inflação em alta, temos como resultado a diminuição da renda disponível das famílias e também os impactos do cenário político e econômico, com efeitos adicionais das crises hídrica e de energia, por exemplo, afetando a confiança e impactando negativamente na produção industrial

Receita:

- A Companhia obteve uma receita bruta total no 1T15 de R\$ 106,5 milhões, apresentando aumento de R\$ 10,6 milhões ou 11,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior justificados pelo aumento das receitas de obras em função da inclusão da obra de Implantação do Contorno do Trevo de Mogi da SP-157 no cronograma do contrato de concessão em maio de 2014.
- Queda de R\$ 7,5 milhões ou 6,8% quando comparada ao 4T14 reflexo da queda do tráfego citado anteriormente.

Comentário do Desempenho

Custos e Despesas Operacionais:

- Os custos e despesas totais no 1T15 (excluído depreciação e amortização) aumentaram R\$12,5 milhões ou 44,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior justificados pelas custos de serviços de construção em função da inclusão da obra de Implantação do Contorno do Trevo de Mogi da SP-157 no cronograma do contrato de concessão em maio de 2014;
- Em relação ao 4T14, os custos e despesas diminuíram de R\$2,8 milhões, impulsionados pelas despesas com provisão de manutenção pela amortização das obras de manutenção previstas e redução das despesas administrativas com o início, em 2015, do rateio das despesas do Diretor Presidente entre as concessionárias estaduais.
- Excluindo o custo de serviço de construção os custos e despesas ficariam maiores 6,6% em relação ao 1T14 e menores em comparação ao 4T14.

EBITDA e EBITDA Ajustado:

- O EBITDA e o EBITDA ajustado no 1T15 diminuíram (3,2%) e (3,1%) respectivamente, quando comparados ao mesmo período do ano anterior, reflexo do equilíbrio das receitas de pedágio e pelo aumento dos custos e despesas. Em relação ao 4T14, o EBITDA diminuiu 6,8% em razão principalmente da queda do tráfego que afetou significativamente as receitas de pedágio.

Resultado Financeiro:

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 13,3 milhões, representando um aumento de 142,0% em relação ultimo trimestre, tendo como principal fator o aumento em maior proporção das despesas financeiras em relação as receitas, consequência da alta das taxas de juros (CDI) que remuneraram as debêntures.

Lucro Líquido:

- A Companhia obteve lucro de R\$24,7 milhões no 1T15, apresentando uma queda de 29,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior e 27,3% em relação ao 4T14, em razão das variações previamente apresentadas.

Comentário do Desempenho

Endividamento:

- A Intervias encerrou o 1T15 com um endividamento bruto de R\$997,4 milhões contra R\$998,4 milhões no trimestre anterior.
- O endividamento líquido da Companhia passou de R\$385,2 milhões no 4T14 para R\$512,53 milhões no 1T15, apresentando um aumento de R\$127,3 milhões decorrentes da diminuição do caixa e equivalentes de caixa pelo pagamento de dividendos em março /15 no valor de R\$74,8 milhões e empréstimo a título de Mútuos a controladora Arteris em fevereiro/15 no valor de R\$60 milhões.

Investimentos:

- Foram investidos R\$13,6 milhões no 1T15 em ativos imobilizados e intangíveis em cumprimento ao cronograma de investimentos do contrato de concessão.
- Adicionalmente a Companhia teve um desembolso de R\$5,7 milhões com obras e serviços de manutenção e conservação da rodovia. Foram realizadas obras de recuperação do pavimento das rodovias, melhorias e execução de passarelas, recuperação de estruturas de contenção, implantação de elementos de proteção e segurança, dentre outras.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1 – TABELA Demonstração dos Resultados:

Veículos Equivalentes	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
Concessionárias do Interior Paulista - Intervias S/A	15.487.814	16.940.216	16.197.270	-8,6%	-4,4%

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	106.475	114.222	95.872	-6,8%	11,1%
Receitas de pedágio	90.839	99.796	91.138	-9,0%	-0,3%
Receitas de obras	14.362	12.871	3.503	11,6%	310,0%
Receitas acessórias	1.274	1.555	1.231	-18,1%	3,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.060)	(8.824)	(8.036)	-8,7%	0,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	98.415	105.398	87.836	-6,6%	12,0%
CUSTOS E DESPESAS	(40.548)	(43.300)	(28.064)	-6,4%	44,5%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(13.270)	(12.858)	(11.841)	3,2%	12,1%
Custo dos serv. de construção	(14.362)	(12.871)	(3.503)	11,6%	310,0%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(5.216)	(8.236)	(4.866)	-36,7%	7,2%
Remuneração da administração	(519)	(689)	(493)	-24,7%	5,3%
Despesas tributárias	(51)	(13)	(67)	292,3%	-23,9%
Provisão para manutenção em rodovias	(7.169)	(8.647)	(7.327)	-17,1%	-2,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	39	14	33	178,6%	18,2%
EBITDA	57.867	62.098	59.772	-6,8%	-3,2%
Margem EBITDA	58,8%	58,9%	68,0%		
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(7.052)	(5.114)	(4.028)	37,9%	75,1%
Depreciação de imobilizado	(37)	(88)	(84)	-58,0%	-56,0%
Amortização do intangível	(7.015)	(5.026)	(3.944)	39,6%	77,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(13.337)	(5.512)	(3.871)	142,0%	244,5%
Receitas financeiras	27.811	22.406	15.270	24,1%	82,1%
Despesas financeiras	(41.148)	(27.918)	(19.141)	47,4%	115,0%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	37.478	51.472	51.873	-27,2%	-27,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(12.744)	(17.460)	(16.782)	-27,0%	-24,1%
Corrente	(14.427)	(19.132)	(17.657)	-24,6%	-18,3%
Diferido	1.683	1.672	875	0,7%	92,3%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	24.734	34.012	35.091	-27,3%	-29,5%

EBITDA AJUSTADO					
(em R\$ Mil)					
	1T15	4T14	1T14	Var% 1T15/4T14	Var% 1T15/1T14
EBITDA ¹	57.867	62.098	59.772	-6,8%	-3,2%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7.169	8.647	7.327	-17,1%	-2,2%
EBITDA Ajustado ²	65.036	70.745	67.099	-8,1%	-3,1%

¹) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

²) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01

Notas Explicativas

***Concessionária de
Rodovias do Interior
Paulista S.A.***

*Informações Trimestrais Para o Período
Findo em 31 de Março de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas Explicativas

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao período findo em 31 de dezembro de 2014.

A emissão das informações trimestrais da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 14 de maio de 2015.

2. CONCESSÕES

No período de três meses findo em 31 de março de 2015 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação a 31 de dezembro de 2014, além do mencionado abaixo:

A Sociedade estima, na data de 31 de março de 2015, os montantes de R\$447.312 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$184.441 referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Os valores referentes a 31 de março de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão.

Notas Explicativas

INTERVIAS

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações trimestrais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM (em especial o CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias).

As demais informações relativas a: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, exceto pela determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão, conforme divulgado abaixo.

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto, considerando as atualizações a seguir:

4.1 Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	21.295	14.161
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	18.903	13.647
Efeito do ajuste a valor presente	(2.392)	(514)
<u>Credores pela concessão em rodovias - real (*)</u>	8.030	7.903
<u>Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)</u>	7.837	7.713
Efeito do ajuste a valor presente	(193)	(190)
 <u>Não circulantes</u>	 <u>31.03.2015</u>	 <u>31.12.2014</u>
Provisão para investimento em rodovias - real	863	863
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	749	738
Efeito do ajuste a valor presente	(114)	(125)

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

Provisão para manutenção em rodovias - real	77.938	79.905
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	68.187	68.523
Efeito do ajuste a valor presente	(9.751)	(11.382)
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	28.606	29.867
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	24.797	25.738
Efeito do ajuste a valor presente	(3.809)	(4.129)

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 13.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.2 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização, até 31 de dezembro de 2014, era reconhecida no resultado, substancialmente por meio da projeção da curva de demanda de tráfego estimada para o período de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente de concessão a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, sendo o método que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Notas Explicativas

INTERVIAS

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	1.243	1.538
Aplicações financeiras (*)	<u>483.592</u>	<u>611.607</u>
Total	<u>484.835</u>	<u>613.145</u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDB	4.409	4.298
Fundos de investimentos (a)	<u>479.183</u>	<u>607.309</u>
Total	<u>483.592</u>	<u>611.607</u>

(a) Representa valores aplicados em Fundos Exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 101,02% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

As aplicações financeiras são remuneradas [entre 100,5 e 105,0%] da variação do CDI no período.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	19.816	22.015
Cupons de pedágio a receber	450	478
Cartões de pedágio a receber	263	142
Total	<u>20.529</u>	<u>22.635</u>

(*) Conforme nota explicativa [nº 21.c].

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em [31 de março de 2015]. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO**

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Provisão de participação nos lucros	1.137	1.815
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	2.112	2.078
Direito de concessão incorporado (b)	(16.816)	(17.143)
Provisão para manutenção	87.090	82.170
Ajuste dos encargos financeiros	(6.145)	(6.491)
Ajustes de mudanças de práticas contábeis referente a adoção da Lei 12.973 (c):		
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(23.314)	(23.314)
Amortização do saldo de mudança de prática		
Base de cálculo	<u>44.064</u>	<u>39.115</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>14.982</u>	<u>13.299</u>

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Período a findar-se em:

Ativo não circulante

2016	1.167
2017	1.167
2018	1.167
Após 2019	<u>11.481</u>
	<u>14.982</u>

Notas Explicativas

INTERVIAS

8. IMOBILIZADO

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do imobilizado</u>	<u>Móveis, Utensílios e Instalações</u>	<u>Veículos</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2014	3.973	84	4.057
Adições	95	-	95
Baixas	(5)	(84)	(89)
Saldo em 31.03.2015	<u>4.063</u>	<u>-</u>	<u>4.063</u>
<u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2014	(2.799)	(46)	(2.845)
Depreciações	(92)	(2)	(94)
Baixas	9	48	57
Saldo em 31.03.2015	<u>(2.882)</u>	<u>-</u>	<u>(2.882)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>			
Saldo em 31.12.2014	1.174	38	1.212
Saldo em 31.03.2015	<u>1.181</u>	<u>-</u>	<u>1.181</u>
Taxas anuais de depreciação - %	10	20	

9. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de março de 2015 é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Intangível em rodovias - obras e serviços (a)</u>	<u>Direito de outorga da concessão (b)</u>	<u>Direito de outorga da incorporação (c)</u>	<u>Software</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2014	645.929	28.434	60.152	2.744	20.065	757.324
Adições	2.984	-	-	30	11.348	14.362
Transferências/reclassificações	6.238	-	-	-	(6.238)	-
Alienações/baixas	(576)	-	-	-	-	(576)
Saldo em 31.03.2015	<u>654.575</u>	<u>28.434</u>	<u>60.152</u>	<u>2.774</u>	<u>25.175</u>	<u>771.110</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2014	(352.006)	(15.364)	(32.780)	(694)	-	(400.844)
Amortizações	(6.173)	(251)	(521)	(13)	-	(6.958)
Alienações/baixas	193	-	-	-	-	193
Saldo em 31.03.2015	<u>(357.986)</u>	<u>(15.615)</u>	<u>(33.301)</u>	<u>(707)</u>	<u>-</u>	<u>(407.609)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2014	293.923	13.070	27.372	2.050	20.065	356.480
Saldo em 31.03.2015	<u>296.589</u>	<u>12.819</u>	<u>26.851</u>	<u>2.067</u>	<u>25.175</u>	<u>363.501</u>
Taxas anuais de amortização - %	1,94	1,94	1,94	1,94	-	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem,

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 13.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Intervias. Esse valor está sendo amortizado com base na taxa linear..

10. DEBÊNTURES

Os saldos estão representados por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas Contratuais (%)	Vencimento final	31.03.2015		31.12.2014	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
3ª emissão (a)	60.000	CDI + 1,09% a.a.	Setembro/2018	479	600.000	19.128	600.000
4ª emissão - 1ª série (b)	15.000	CDI + 1,10% a.a. IPCA + 5,96%	Outubro/2019	8.292	150.000	3.811	150.000
4ª emissão - 2ª série (b)	22.500	a.a.	Outubro/2019	16.933	225.000	5.545	225.000
Custo de transação				(1)	(3.341)	(1.424)	(3.698)
Total				25.703	971.659	27.060	971.302

- (a) 3ª emissão de debêntures emitidas em 25 de setembro de 2013 com valor real unitário em 31 de março de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.
- (b) 4ª emissão de debêntures com emissão do contrato em 15 de outubro de 2014 com valor nominal unitário em 31 de março de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
3ª Emissão	25.09.2013	600.000	07.10.2013	601.805
4ª Emissão – 1ª Série	15.10.2014	150.000	05.11.2014	151.025
4ª Emissão – 2ª Série	15.10.2014	225.000	05.11.2014	226.615
		975.000		979.445

A remuneração das debêntures da 3ª emissão é paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro desde 2014 e será amortizada em 3 parcelas anuais, a partir de 25 de setembro de 2016.

A remuneração das debêntures da 1ª série da 4ª emissão será paga semestralmente, todo dia 15 dos meses de abril e outubro a partir de 2015, e o seu valor nominal será amortizado em 3 parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2017

Notas Explicativas

INTERVIAS

A remuneração das debêntures da 2ª série da 4ª emissão será paga anualmente, todo dia 15 de outubro a partir de 2015, e o seu valor nominal será amortizado em parcela única em 15 de outubro de 2019.

Em 31 de março de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016	196.972
2017	246.868
2018	253.226
2019	274.593
	<u>971.659</u>

As debêntures da 3ª e 4ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamento de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de março de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures são garantidas por:

1. Fiança prestada pela Controladora (Arteris S.A.), em favor dos Debenturistas.
2. A Fiança é prestada em caráter universal e compreenderá a dívida principal e todos os seus acessórios, como juros moratórios, multa convencional ou moratória, e outros acréscimos, inclusive eventuais custos incorridos pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e outras medidas judiciais ou extrajudiciais.
3. O Valor Garantido será pago pela Controladora em até 3 (três) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário à Controladora, que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes das despesas incorridas.
4. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Controladora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
5. A Controladora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a fiança, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Controladora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido.
6. A inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade, podendo a Fiança ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente.
7. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução judicial ou

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

extrajudicial da fiança prevista, em uma ou mais vezes, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Emissora.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014 e as transações realizadas nos períodos findos em 31 de março de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimos:		
Arteris S.A. (d)	<u>34.217</u>	<u>31.493</u>
Total	<u>34.217</u>	<u>31.493</u>
<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimos:		
Arteris S.A. (d)	<u>378.800</u>	<u>311.745</u>
Total	<u>378.800</u>	<u>311.745</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	886	1.114
Autovias S.A.	287	75
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c)	-	948
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c)	589	542
Vianorte S.A. (a)	-	49
Total	<u>1.762</u>	<u>2.728</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	1.487	4.783

	<u>31.03.2015</u>			<u>31.03.2014</u>		
	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>	<u>Conservação da rodovia</u>	<u>Receitas financeiras</u>	<u>Despesas gerais</u>
	(c)	(d)	(a) (b)	(c)	(d)	(a) (b)
Contas de Resultado:						
Arteris S.A.	-	11.420	879	-	8.300	540
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	3.474	-	-	3.107	-	-
Latina Sinalização de Rodovias Ltda.	1.645	-	-	900	-	-
Total	<u>5.119</u>	<u>11.420</u>	<u>879</u>	<u>4.007</u>	<u>8.300</u>	<u>540</u>

(a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.

Notas Explicativas

INTERVIAS

- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

<u>Data da Liberação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Encargos</u>	<u>Valor do principal</u>	<u>Juros</u>	
				<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
20.08.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	40.000	32.680	30.831
18.09.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	97.000	77.602	73.161
04.12.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	6.039	5.682
17.12.2008	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	52.000	38.876	36.564
19.02.2015	Dezembro de 2017	CDI + 1,037% a.a.	60.000	820	-
			<u>257.000</u>	<u>156.017</u>	<u>146.238</u>

No decorrer do período findo em 31 de março de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$519 (R\$493 em 31 de março de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada período e seu pagamento efetuado no período seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o período corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de março de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.137 e R\$1.815.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o período social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Imposto de renda	2.506	10.175
Contribuição social	9.174	5.070
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	291	334
Programa de integração social - PIS	219	219
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.008	1.009
Tributos federais retidos	219	-
Impostos sobre serviços – ISS	1.869	1.820
Outros	-	191
Total	<u>15.286</u>	<u>18.818</u>

13. CREDOR PELA CONCESSÃO

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Conforme estabelecido no contrato de concessão, as tarifas de pedágio são reajustadas em julho de cada ano com base na variação do IGP-M ocorrida até 31 de maio. Em 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o TAM (Termo Aditivo Modificativo) em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio de IGP-M para o IPCA. As demais correções utilizadas pela concessão serão mantidas pelo IGP-M e possível revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente, para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice somente no reajuste das tarifas de pedágio, poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a

Notas Explicativas

INTERVIAS

deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGP - M, mas com repasse zero aos usuários. Como forma de recomposição do reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013. Na data base de 31 de março de 2015, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo - TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 4,67% que não correspondeu a variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
<u>Circulante</u>				
Direito de outorga	7.223	7.108	7.416	7.298
Parcela variável (a)/(b)	614	605	614	605
Total	7.837	7.713	8.030	7.903

	Valor presente		Valor real em (*)	
	31.03.2015	31.12.2014	31.03.2015	31.12.2014
<u>Não circulante</u>				
Direito de outorga	24.797	25.738	28.606	29.867
Total	24.797	25.738	28.606	29.867

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de Outorga Variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária).

(b) Valor variável correspondente a 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2015 está assim representada:

	Parcelas		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo de parcelas	12	46	58

O valor pago pela Sociedade no decorrer do período findo em 31 de março de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$3.498 (R\$1.820 de parcela fixa e R\$1.678 de parcela variável).

Em 31 de março de 2015, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

Ano de vencimento

2016 (após março)	6.469
2017	6.469
2018	6.469
Após 2019	5.390
	<u>24.797</u>

14. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>31.03.2015</u>
Cíveis	1.221	5	(11)	1.215
Trabalhistas	857	40	-	897
Total	<u>2.078</u>	<u>45</u>	<u>(11)</u>	<u>2.112</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$1.245 e R\$881, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de março de 2015 (R\$1.009 e R\$1.045), respectivamente, em 31 de dezembro de 2014).

Notas Explicativas

INTERVIAS

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o período findo em 31 de março de 2015 é conforme segue:

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	
	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Manutenção em rodovias</u>	<u>Investimentos em rodovias</u>
Saldos em 31.12.2014	13.647	68.523	738
Adições	-	4.752	-
Utilizações	(3.974)	-	-
Ajuste a valor presente	-	4.142	11
Transferências	<u>9.230</u>	<u>(9.230)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31.03.2015	<u>18.903</u>	<u>68.187</u>	<u>749</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2015, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$5.720 (R\$16.141 em 31 de dezembro de 2014).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social subscrito em 31 de março de 2015 e em 31 de dezembro de 2014 é de R\$108.710, integralizado pelo valor de R\$108.152. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de março de 2015 estão demonstradas a seguir:

	<u>31.03.2015</u>		<u>Participação - %</u>
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Quantidade de ações integralizadas</u>	
Arteris S.A.	4.352.285	4.321.025	100,00

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do período, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do período, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No período findo em 31 de março de 2015, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$ 69.192, pagos em março de 2015.

Juros Sobre Capital Próprio (JSCP)

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do período findo em 31 de março de 2015 a Sociedade propôs a distribuição de lucros antecipados na forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$1.749, líquido de R\$262, referente ao imposto de renda retido na fonte.

16. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita de serviços prestados	90.839	91.138
Receita de serviços de construção	14.362	3.503
Outras receitas	1.274	1.231
	<u>106.475</u>	<u>95.872</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receita bruta	106.475	95.872
ISSQN	(4.605)	(4.594)
PIS	(615)	(613)
COFINS	(2.840)	(2.829)
Receita líquida	<u>98.415</u>	<u>87.836</u>

Notas Explicativas

INTERVIAS

17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(3.028)	(2.063)
Serviços de terceiros	(870)	(828)
Manutenção de bens e conservação	(90)	(18)
Depreciação / Amortização	(37)	(84)
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	(34)	(232)
Seguros / Garantias	(10)	(398)
Consumo	(826)	(358)
Transportes	(143)	(68)
Despesas com comunicação e marketing	(44)	(129)
Outros	(171)	(772)
Total	<u>(5.253)</u>	<u>(4.950)</u>

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(14.362)	(3.503)
Com pessoal	(5.048)	(4.470)
Serviços de terceiros	(522)	(290)
Conservação	(3.187)	(3.540)
Despesas com comunicação e marketing	(524)	(299)
Consumo	(675)	(515)
Transportes	(1.031)	(932)
Seguros / Garantias	(482)	(20)
Custos com poder concedente	(1.685)	(1.655)
Provisão de manutenção em rodovias	(7.169)	(7.327)
Depreciação / Amortização	(7.015)	(3.944)
Outros	(116)	(120)
Total	<u>(41.816)</u>	<u>(26.615)</u>

18. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	11.420	8.300
Aplicações financeiras	16.391	6.970
Total	<u>27.811</u>	<u>15.270</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(35.723)	(16.383)
Atualização monetária do ônus da concessão	(95)	(1.204)
Ajuste a valor presente	(4.153)	(1.087)
Outras despesas	(277)	(467)
Total	<u>(41.148)</u>	<u>(19.141)</u>

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

19. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

c) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5].

d) Informações suplementares

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	(5.019)	841
Capitalização de juros	194	
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	1.487	2.087

20. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos três meses e trimestres findos em 31 de março de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	37.478	51.873
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(12.743)	(17.637)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	595	835
Outros ajustes	(596)	20
Despesa contabilizada	<u>(12.744)</u>	<u>(16.782)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(14.427)	(17.657)
Diferidos	1.683	875

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.03.2015</u>	<u>31.03.2014</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro do período	24.734	35.091
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	4.321	4.321
Lucro por ação	<u>5.7241</u>	<u>8.1210</u>

Notas Explicativas

INTERVIAS

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o período findo em 31 de março de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

<u>Ativos</u>	<u>Nível (*)</u>	<u>31.03.2015</u> <u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Empréstimos</u> <u>recebíveis</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.243	1.538
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	483.592	611.607
Aplicações financeiras	Nível 2	57	55
Partes relacionadas	Nível 1	413.017	343.238
Contas a receber clientes	Nível 1	20.529	22.635
Outras contas a receber	Nível 1	145	220

<u>Passivos</u>	<u>Nível (*)</u>	<u>31.03.2015</u> <u>Passivos financeiros</u> <u>ao custo amortizado</u>	<u>31.12.2014</u> <u>Passivos financeiros</u> <u>ao custo amortizado</u>
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 1	8.179	6.492
Debêntures	Nível 2	997.362	998.362
Partes relacionadas	Nível 1	3.249	7.511
Credores pela concessão	Nível 1	32.634	33.451
Outras contas a pagar	Nível 1	23	14

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo.

O CPC 40 (R1) requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O CPC 40 (R1) também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de março de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

Notas Explicativas

INTERVIAS

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 31 de março de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos com partes relacionadas.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I (provável)</u>	<u>Cenário II (+ 25%)</u>	<u>Cenário III (- 25%)</u>	<u>Cenário IV (+ 50%)</u>
CDI	12,00%	15,00%	9,00%	18,00%
Juros a incorrer (*)	(98.837)	(121.313)	(78.453)	(142.313)
Receita de aplicações financeiras	58.611	73.264	43.958	87.917
Receita financeira de mútuo	53.594	65.753	43.390	77.870
IPCA	5,64%	7,05%	4,23%	8,46%
Juros a incorrer (*)	(24.096)	(30.616)	(23.962)	(33.911)
Juros a incorrer líquido (*)	(10.728)	(12.912)	(10.437)	(17.067)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$19.816 (R\$22.015 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoxpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) <u>efetiva - % a.a.</u>	<u>2015 após</u> <u>março</u>	<u>2016</u>	<u>2017 em</u> <u>diante</u>	<u>Total</u>
Debêntures - IPCA	22,6%	15.154	17.518	752.444	785.116
Debêntures – CDI	12,5%	59.901	299.740	752.849	1.112.490
Credores pela concessão	2,6%	5.556	7.587	24.427	37.570
Total		<u>80.611</u>	<u>324.845</u>	<u>1.529.720</u>	<u>1.935.176</u>

Notas Explicativas

INTERVIAS

22. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

23. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

<u>Modalidade</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Limites de indenização</u>
Todos os riscos:	Riscos patrimoniais/Perda de receita (*)	160.000
	Responsabilidade civil	21.000
Garantia:	Garantia de execução do contrato de concessão	160.272
(*) Por sinistro		

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A.

Araras - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2015, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e trimestre anterior, respectivamente

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e as informações contábeis intermediárias para o trimestre findo em 31 de março de 2014, apresentados para fins de comparação foram, respectivamente, auditados e revisados por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação, respectivamente, em 25 de fevereiro de 2015 e 7 de maio de 2014.

Campinas, 14 de maio de 2015

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Edgar Jabbour

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 156465/O-9